

## **Metamorfoses na América Latina e no Caribe em tempos neoliberais**

**Juliano Vargas** – brazil.juliano@gmail.com

Doutorando em Economia na Universidade de Brasília (UnB)

Campus Darcy Ribeiro, FACE, Departamento de Economia, Asa Norte

CEP 70910-900 – Brasília (DF) – Brasil

**Jales Dantas da Costa** – jalesdc@gmail.com

Professor Adjunto da Universidade de Brasília (UnB)

**Resumo:** O artigo examina certas metamorfoses contemporâneas tanto no econômico quanto no político e no social na América Latina e no Caribe (ALC). E se questiona se a região está ou não em meio a uma “corrida para o fundo do poço” nas condições de trabalho e de vida diante das dificuldades enfrentadas pelos movimentos trabalhistas e pelo que restou dos governos progressistas frente a forte contraofensiva neoliberal na região. Para tanto, apresentamos inicialmente breves notas sobre o neoliberalismo na ALC, apontando e analisando resultados de aplicações diversas desse programa e algumas de suas generalidades e especificidades. Discutimos posteriormente um conjunto de estatísticas e análises oficiais tanto de seu desempenho econômico como alguns de seus impactos sobre as condições de trabalho e de vida na região. Alguns dos resultados até então produzidos pela contraofensiva neoliberal no maior país da região, o Brasil, são ainda objeto de nossas reflexões. Por fim, se verifica que com a nova “guinada” neoliberal, a ALC dá sinais de estar em meio a uma “corrida para o fundo do poço” nas condições de trabalho e de vida, a exemplo do caso brasileiro. E que ainda é incerta a capacidade de resistência e de retomada de um novo ciclo de cunho mais progressista, capaz de reverter as tendências de retrocessos nos planos econômico, político e social, que hoje despontam em diversos países da região.

**Palavras-chave:** ALC. Brasil. Neoliberal. Metamorfoses. Progressista.

**Abstract:** *Metamorphoses in Latin America and the Caribbean in neoliberal times.* The article examines certain contemporary metamorphoses in the economic, political and social spheres in Latin America and the Caribbean (ALC). And wonders if the region is in the middle of a “race to the bottom of the pit” in working and living conditions derived from the difficulties faced by labor movements and what is left from progressive governments in front of a strong counter-offensive of the neoliberals in the region. In order to do so, we first present brief notes on neoliberalism in ALC, pointing out and analysing the results of diverse applications of this program and some of its generalities and specificities. We then discuss a set of official statistics and analyses their economic performance and some of their impacts on working and living conditions in the region. Some of the results hitherto produced by the neoliberal counter-offensive in the largest country in the region, Brazil, are also the subject of our reflections. As a conclusion, it is verified that with the new neoliberal “turn”, the ALC shows signs of being in the middle of a “race to the bottom of the pit” in working and living conditions, as showed in the Brazilian case. In this scenario, it is uncertain the capacity for resistance and resumption of a new and more progressive cycle, capable of reversing setbacks tendencies in the economic, political and social planes, which today appear in several countries of the region.

**Keywords:** ALC. Brazil. Neoliberal. Metamorphoses. Progressive.

## 1. Introdução

O rápido crescimento da economia mundial durante a “era de ouro” do capitalismo (1945-1973) deu pouca credibilidade para as advertências dos neoliberais contra os perigos representados por qualquer controle do mercado por parte do Estado. Foi a partir de 1974 que as ideias neoliberais ganharam força com a grande crise do modelo econômico então vigente desde o após a Segunda Guerra Mundial, que atingiu os países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, levando-os a uma profunda recessão e mesmo depressão (HOBSBAWM, 2001). A mudança veio quando o fordismo e o keynesianismo mostraram dificuldades em conter as contradições inerentes ao capitalismo, ao passo que um novo regime de “acumulação flexível” surgia (HARVEY, 2005).

Afirmavam Friedrich Hayek e outros membros da *Société du Mont-Pèlerin*<sup>1</sup> que as raízes da crise residiam, *inter alia*, no poder excessivo dos sindicatos, que ao reivindicar maiores salários e pressionar o Estado a aumentar gastos sociais acabava por corroer as bases da acumulação capitalista. O receituário proposto era claro: manter o Estado forte em sua capacidade de romper com o poder sindical e uma rigorosa disciplina orçamentária (que incluía contrarreformas fiscais, reduções de impostos sobre rendimentos e rendas mais elevadas e restrição das despesas sociais), além de manter o Estado débil nos gastos sociais e nas intervenções econômicas, abrangendo toda a espécie de desregulamentação, desfiscalização e privatizações dos serviços públicos. Tudo com o fito de restaurar a taxa “natural” de desemprego e um exército de reserva de trabalhadores, criar “uma nova e saudável desigualdade” e garantir a estabilidade monetária (“meta suprema de qualquer governo”), para enfim expandir as taxas de lucro, dinamizar as economias capitalistas e restaurar as taxas de crescimento então abaladas pela crise de princípios dos anos 1970 (ANDERSON, 1995).

Para realizar o projeto neoliberal os seus artífices propuseram um conjunto articulado de cinco reformas estruturais no ordenamento sociopolítico, com o claro objetivo de instaurar uma sociedade de mercado incrustada numa economia de mercado. Em síntese, e nas palavras de Rosenmann (2006, p.853), o projeto visava

conseguir a retirada do Estado na esfera econômica, diminuindo o gasto público na criação da riqueza social; estabelecer a preeminência do capital privado e das relações na produção e atribuição de recursos; impor a total abertura externa comercial e financeira; desenvolver a reforma do mercado de capitais internos acelerando a privatização completa que regule o preço do dinheiro como mercadoria por meio de taxas de juros livres; e conseguir o estabelecimento do mercado “livre” do trabalho, permitindo a contratação flexível do trabalhador.

O projeto neoliberal com feições diversas foi testado na América Latina e no Caribe desde o seu embrião no Chile em meados dos anos 1970 até generalizar-se nos anos 1990 e ser posteriormente questionado em fins dessa década, para ceder lugar às políticas mais progressistas, mas sem ser completamente abandonado na maioria dos casos. Recentemente apresenta novo vigor, sobretudo pelos rumos que o maior país da região, o Brasil, vem demonstrando. Nosso propósito nesse artigo, como o demonstra o seu título, é justamente examinar as metamorfoses econômicas, políticas e sociais na ALC durante o período neoliberal em pleno curso na maior parte da região.

Para tanto, apresentamos inicialmente breves notas sobre o neoliberalismo na ALC, apontando e analisando os impactos de aplicações diversas do programa neoliberal e algumas de suas generalidades e especificidades. Consideramos posteriormente o desempenho econômico da ALC, bem como alguns de seus impactos sobre as condições de trabalho e de vida na região. O interpretamos a partir de certas estatísticas<sup>2</sup> e análises divulgadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e por agências multilaterais ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por fim, discutimos alguns dos impactos até então produzidos pela contraofensiva neoliberal no maior país da região, o Brasil.

## **2. Notas sobre o neoliberalismo na ALC: um ciclo ainda inconcluso**

Depois da experiência dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o leste europeu foi a segunda região a aplicar o programa neoliberal. Mais tarde atingiria também a ALC. Seu início nessa última se deu com o golpe do general Augusto Pinochet, no Chile, em 11 de setembro de 1973. As “reformas” implementadas na Bolívia, depois de 1985, representam outra experiência prematura do neoliberalismo. Mas foi a partir de 1988, e sob a presidência de Carlos Salinas de Gortari, no México, que *de facto* iniciou-se a onda neoliberal na ALC. Ela se agudizou em 1989, com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Pérez na Venezuela, e, em 1990, com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. No Brasil, o neoliberalismo começou no final da década de 1980, ainda no governo de José Sarney. A versão brasileira do neoliberalismo foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque no Brasil o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte elite industrial protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político ideologicamente à esquerda – no Chile e na Argentina, o neoliberalismo conseguiu se impor muito mais cedo, dada a derrota da esquerda e do movimento popular nestes países. O

avanço neoliberal no Brasil tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas foi barrado pela sociedade por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo de Itamar Franco, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas [...] precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (OLIVEIRA, 1995, p. 26). Progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e, para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos), prosseguiu na política econômica implementada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Em verdade, esses dois últimos governos estabeleceram uma difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro (dada a autonomia efetiva do Banco Central, a continuidade da política financeira de FHC que prioriza o ajuste fiscal e à estabilidade monetária) com políticas sociais mais ativas – de cunho redistributivo – e uma política externa mais autônoma (SADER, 2009, p. 83).

A vulnerabilidade financeira das economias da ALC, fundamentalmente pelo peso de suas dívidas externas, fez com que a hegemonia da ideologia neoliberal arrebatasse com força o continente. As recomendações do Consenso de Washington foram aplicadas por governos da região, mesmo por aqueles eleitos com o discurso de buscar alternativas de política econômica. Seus efeitos deletérios foram sentidos por milhões de pessoas da “nova pobreza”, dos desempregados, dos sem terra, sem teto, *etc.* O avanço neoliberal que se iniciou nos anos 1980 atingiu praticamente todos os países da região nos anos 1990 e debilitou seus Estados de diversas formas: no enfrentamento dos monopólios, das transnacionais e das frações mais concentradas do capital; na dificuldade de introduzir ou sustentar regulamentações nos mercados; na adoção de políticas que garantissem o provimento de bens públicos; na aceitação da autonomia efetiva dos Bancos Centrais; na impossibilidade de romper com as políticas de “ajustes estruturais” preconizadas por instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outras) que reconcentravam renda, congelavam salários, privatizavam empresas, serviços públicos, seguridade social, dentre outros (BORON, 2006, p. 510-518).

Os resultados dessas reformas liberalizantes foram em geral decepcionantes para a ALC: baixo crescimento econômico, exclusão social, precarização das relações de trabalho e de vida, aumento do desemprego, expansão da violência, instabilidade política, *etc.* Assim, não é de surpreender a crescente agitação da resistência regional contra os efeitos do neoliberalismo sobre o sistema capitalista, sobretudo nesta região que se tornou símbolo das convergências dos movimentos sociais. Organizações camponesas, indígenas, movimentos de mulheres, coletivos militantes, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais e juvenis, dentre outros, denunciaram os efeitos perniciosos das práticas neoliberais.

A adoção do receituário do Consenso de Washington (abertura econômica, privatizações, desregulamentação e flexibilização) e seus resultados, de um lado, e a agitação dos movimentos sociais, de outro, fez com que a ALC ampliasse (desde 1998) espaços eleitorais ao centro e à esquerda, a exemplo de Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, os Kirchner na Argentina, Lula e Dilma no Brasil, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Rafael Correa e Lenín Moreno no Equador, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai. Mas a contraofensiva neoliberal não tardou, e recentemente vem alargando os seus espaços de atuação de formas abrangentes quando da preponderância do ciclo progressista na região, demonstrando regressões nos planos econômicos, político e social, e o quão frágeis foram as duras conquistas de décadas passadas.

O Brasil bem o demonstra, como veremos um pouco mais detidamente adiante. Mas por agora vejamos algumas das estatísticas oficiais e suas interpretações sobre o desempenho econômico contemporâneo da ALC e alguns de seus impactos sobre as condições de trabalho e de vida na região, com base em estudos publicados pela CEPAL e por algumas das agências multilaterais ligadas à ONU.

### **3. Notas sobre o desempenho econômico contemporâneo da ALC e seus impactos sobre as condições de trabalho e de vida na região**

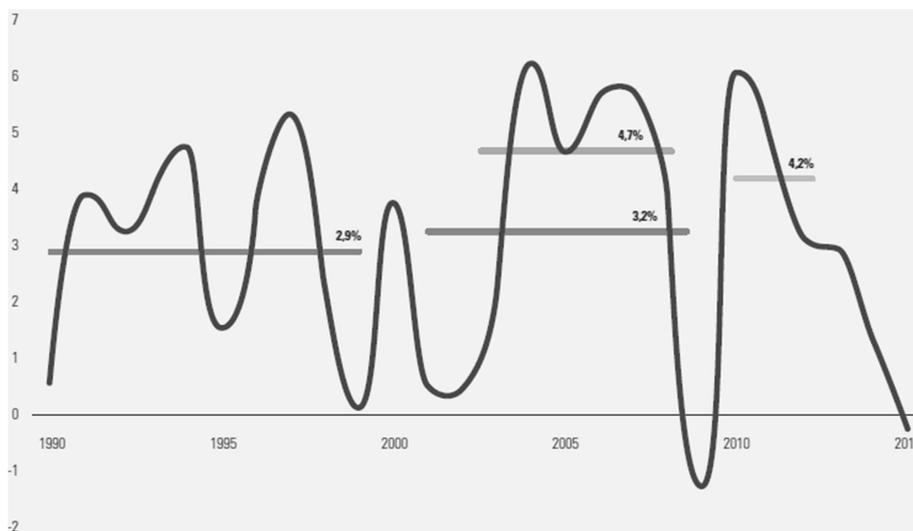
O desempenho econômico da ALC foi decisivamente influenciado pela evolução do comércio internacional, especialmente dos preços das matérias primas. O gráfico 1 mostra o comportamento do produto interno bruto (PIB) da região em diferentes momentos entre os anos de 1990 e 2015. Observa-se um crescimento médio de 2,9% durante a década de 1990 e de 3,2% na primeira década do século XXI. O crescimento moderado entre os anos de 1990 e 2002 foram resultantes da diminuição dos investimentos estrangeiros diretos (IDE) e da desaceleração do comércio exterior, que levou à diminuição dos preços das *commodities*.

Mas entre os anos de 2003 e 2008 houve reversão dessa tendência e um rápido crescimento que conduziu a maioria dos países da região a vivenciar as mais expressivas taxas de crescimento da história recente. Como resultado do chamado *boom* das *commodities* – impulsionado pelo crescimento chinês – a economia regional alcançou taxa média anual de crescimento de 4,7% nesses cinco anos, a maior desde as décadas de 1960 e 1970 (quando apresentou uma média de 5,8%). Entretanto, enquanto desse auge, alguns dos motores do crescimento começaram a debilitar-se, sobretudo na segunda metade da década de 2000, destaque para os fluxos de IDE bem como a demanda por exportações regionais, agravada pela eclosão da crise econômico-financeira em 2008.

Esses eventos combinados expuseram a região a uma queda abrupta dos preços das *commodities*, o que afetou os termos de troca e degenerou em uma contração econômica da ordem de 1,3%. Dado esse contexto, a taxa de crescimento médio dessa década foi de apenas 3,2%.

Os anos seguintes à crise revelaram uma significativa recuperação da economia, sendo que entre 2010 e 2013 a taxa média de crescimento foi de 4,2%. Os baixos níveis de dívida pública, a acumulação de volumes históricos de reservas internacionais, dentre outros indicadores favoráveis, permitiram o fortalecimento da capacidade de resistência ante a crise e possibilitou que em vários países se implementassem políticas contracíclicas que estimularam a demanda interna e preservaram melhorias sociais logradas desde o início dos anos 2000.

**Gráfico 1 – Variação anual do PIB (%) – América Latina e Caribe (1990-2015)**



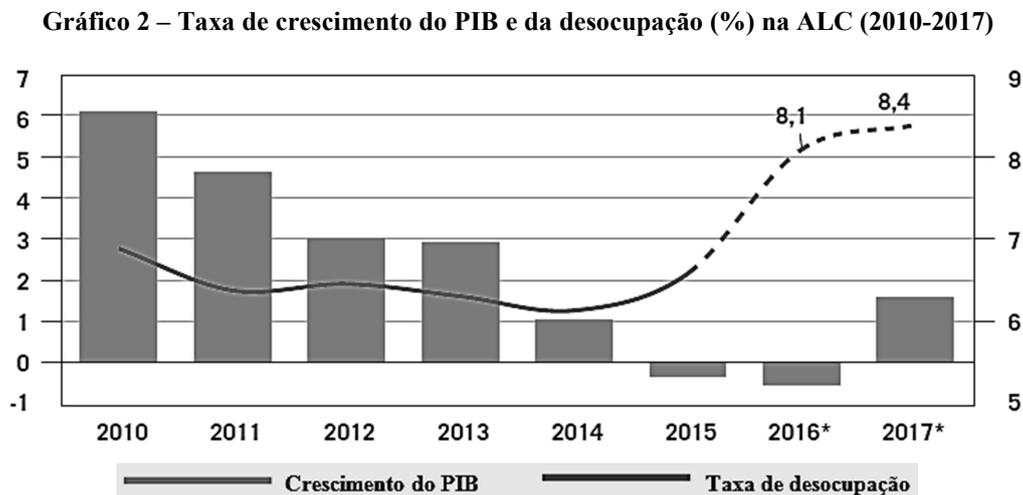
**Fonte:** PNUD, 2016, p. 56.

**Nota:** à variação do PIB corresponde a linha contínua, mais escura; às médias do PIB em cada período específico correspondem às linhas retas descontinuas.

De 2014 em diante houve forte desaceleração da atividade econômica, com taxa de crescimento de apenas 1% naquele ano, a qual se materializou em recessão nos anos seguintes (0,03% e 0,6% negativos em 2015 e 2016, respectivamente). Em 2017 estima-se uma retomada do crescimento da ordem de 1,6%, bem abaixo da média de crescimento do PIB mundial esperada para esse ano (de 3,5%) (OIT, 2016a). Cabe salientar que essa situação não é homogênea. Na América Central o crescimento de 2015 foi de 3,8%, enquanto a América do Sul apresentou contração de cerca de 2%. No segundo caso, influenciaram especialmente o PIB brasileiro (-3,8%) e venezuelano (-5,7%).

Outra dado que ajuda a compreender a deterioração do panorama de crescimento é o fato de que dos 32 países da ALC, 22 revisaram para baixo suas expectativas de crescimento ao longo de 2016 em comparação com o que se projetava em 2015. Essas revisões têm impactos no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, deixando de gerar emprego e renda para milhares de pessoas. A projeção de 2017 é que o maior crescimento do PIB se dará no Panamá (5,6%) e seu pior desempenho será na Venezuela (-7,2%) (CEPAL, 2017). Desse ano em diante a tendência é de recuperação gradual da economia regional, com expectativa de crescimento pouco inferior do que 3% em 2020.

Ao justapor a série da taxa de crescimento do PIB à da taxa de desocupação (gráfico 2), é possível evidenciar como a atividade econômica tem forte impacto sobre o mercado laboral. Por exemplo, o maior otimismo com a evolução econômica latino-americana e caribenha intensificou a oferta/demanda por trabalho, resultando em uma queda expressiva da taxa de desocupação, passando de 2,8% em 2010 para 1,2% em 2014. A recessão que se seguiu a partir de então reverteu esse viés de queda, estimando-se que cerca de 8,1% (o que representa entre 20 a 25 milhões de pessoas) encontravam-se desempregadas na ALC ao final de 2015, e cerca de 8,4% (mais de 26 milhões de pessoas) nessa situação ao final de 2016 (OIT, 2016c).



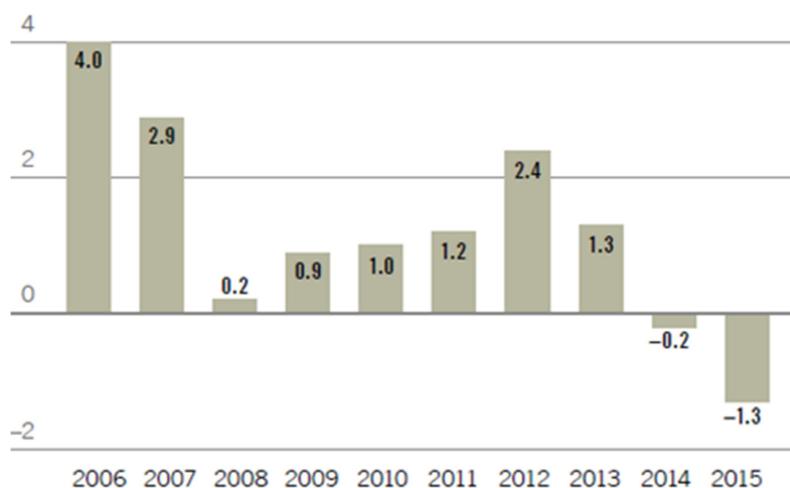
Fonte: OIT, 2016a, p. 44.

O comportamento da taxa de desocupação se associa às tendências de emprego (número de ocupados), as quais são distintas nas sub-regiões da ALC. Na América Central o crescimento do número de ocupados caiu pronunciadamente no ano de 2013 (de 5% para 1%), recuperando-se a uma taxa de 2,4% entre 2014 e 2016. Estima-se que entre 2017 e 2020 essa taxa se reduza para algo em torno de 1,8%. No caso do Cone Sul se verifica que em 2015 o número de ocupados se reduziu

em 1,3%. A depender da retomada econômica nessa sub-região, a tendência é de progressiva recuperação da ocupação a partir de 2017 até alcançar uma taxa de crescimento dos ocupados de 1,4% em 2020. O Caribe também experimentará uma redução da taxa de crescimento dos ocupados de 1,7% em 2014 para 0,9% em 2020. Nos países andinos, a quantidade de desocupados cresceu a uma taxa relativamente estável que chegou a um pico de 2,6% em 2014, com tendência de decréscimo para 1,4% em 2020.

Quanto ao salário real na ALC, houve grande oscilação de seu comportamento (gráfico 3). No que se refere a sua média, a série que se inicia em 2006 mostra um acréscimo médio de 4% naquele ano, o maior de todo o período. Posteriormente, se verifica sua queda pronunciada, impulsionada pelos efeitos da crise econômico-financeira eclodida em 2008. Dali em diante, por conta da relativa retomada da atividade econômica (de forma não homogênea entre os países da região, frise-se), o salário médio real ganhou novo fôlego, apesar de não sustentar-se além do ano de 2012 (2,4%), caindo novamente a partir daí para contrair-se a partir do ano de 2014 em diante (-0,2% naquele ano e -1,3% em 2015), em boa medida puxado pelos desempenhos econômicos insatisfatórios do Brasil e do México.

**Gráfico 3 – Comportamento do salário médio real (%) – América Latina e Caribe (2006-2015)**



**Fonte:** ILO, 2016, p. 10.

Aprofundando-se a análise do quesito anterior, cabe discutir melhor a variação interanual do salário real em países selecionados da América Latina entre 2013 e 2016. Nos países sul-americanos, houve deterioração da evolução dos salários reais observada desde meados de 2015. No início de 2016, os salários reais registraram aumentos modestos no Uruguai, enquanto que no Brasil e, em menor medida, na Colômbia e Chile, eles apresentaram quedas pronunciadas. De qualquer

forma, nenhum desses países teve aumentos reais significativamente acima de 1%. Já a evolução dos salários reais foram mais favoráveis em 2015 no México, na Costa Rica e na Nicarágua. Os dois últimos países mostraram aumentos acima de 1% em 2015, mas os três desaceleraram no início de 2016. Consequentemente, isto implicou que – juntamente com a baixa criação de empregos – a massa salarial não contribuiu de forma expressiva para o fortalecimento do consumo das famílias no período, tendo, por conseguinte, efeitos substanciais sobre o crescimento econômico (CEPAL, 2016a).

As políticas de salário mínimo refletiram as diferenças no desempenho do mercado de trabalho nas diferentes sub-regiões. Na América Central e no México, onde predominou relativamente robustos aumentos do salário mínimo (com uma média de aumentos reais de 3,4%) durante o primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, houve maior dinamismo laboral. Já nos quatro países da América do Sul houve aumentos mais moderados (com média de aumentos reais de 1,1%). Na avaliação conjunta dos países da ALC com dados disponíveis, o salário mínimo real cresceu a uma taxa anual média de 1,8% (CEPAL, 2016a). Estudo elaborado pela CEPAL (2017) aponta que os salários médios reais do emprego registrado em dezenove países da ALC (que disponibilizam dados) aumentaram 1,5% no primeiro trimestre de 2017. Isso, em grande parte, como consequência do baixo crescimento da economia e da inflação decrescente nos países acima analisados, com exceção do Chile. Essa tendência tende a prevalecer, ao menos até meados de 2018.

A distribuição funcional da renda, que mostra qual é a proporção da renda nacional destinada ao capital e ao trabalho, ainda é pouco utilizada para a análise das condições de trabalho e de vida dos países em geral, apesar de conveniente para tal fim. O estudo de Tosoni (2014), que avaliou a relação entre a massa salarial e o PIB na América Latina entre 1950 e 2011, concluiu que suas *performances* mais expressivas do ponto de vista do trabalho deram-se no final da década de 1960 e início da década de 1970. Também nos anos noventa essa participação foi relativamente alta, embora menor em comparação com o período anterior. Já nos anos oitenta e nos cinco primeiros anos da década de 2000 verificaram-se os menores níveis de participação do salário no PIB. De 2005 a 2011, especialmente por conta dos resultados positivos de Brasil e Argentina, houve avanços progressivos da distribuição funcional da renda em toda a região.

Nessa perspectiva, a tabela 1 exhibe os resultados de 1990, 2000 e 2009 – aproximadamente – em países selecionados da América Latina. Considerando o ano de 2009, a participação da massa salarial varia de 24% no Peru a 56,7% na Costa Rica. Também se pode inferir que na maioria dos países ocorre uma queda (oito de um total de doze), com exceção do Chile, Costa Rica, Paraguai e Venezuela. Dos países que demonstram uma melhora no período

considerado, o caso da Costa Rica é destacado porque é o único em que há uma tendência crescente e sustentada na participação dos salários no PIB. No Chile, Paraguai e Venezuela, após um aumento significativo entre 1990 e 2000, a participação dos salários no PIB declinou na última década.

**Tabela 1 – Participação da massa salarial no PIB (a preços de fatores)  
Países selecionados da América Latina (1990, 2000 e 2009)\***

País	Participação da massa salarial no PIB			Variação da participação da massa salarial no PIB	
	1990 (a)	2000 (b)	2009 (c)	1990-2000 (b)-(a)	2000-2009 (c)-(b)
Argentina	44,7	40,5	42,9	-4,2	2,4
Bolívia	38,2	41,9	34,5	3,8	-7,4
Brasil	53,5	47,1	51,4	-6,3	4,3
Chile	38,7	46,5	45,4	7,8	-1,1
Colômbia	41,4	36,2	36,1	-5,3	-0,1
Costa Rica	48,3	50,6	56,7	2,3	6,1
Guatemala	...	36,3	32,8	...	-3,5
Honduras	54,8	47,5	47,4	-7,3	-0,1
México	32,3	34,5	32,2	2,2	-2,3
Nicarágua	59,6	56,2	...	-3,4	...
Panamá	58,6	40,6	35,2	-18	-5,4
Paraguai	43,4	59	47,2	15,7	-11,9
Peru	28,7	27	24	-1,8	-3
Uruguai	...	47,4	45,8	...	-1,6
Venezuela	31,1	35,6	33,5	4,5	-2,1

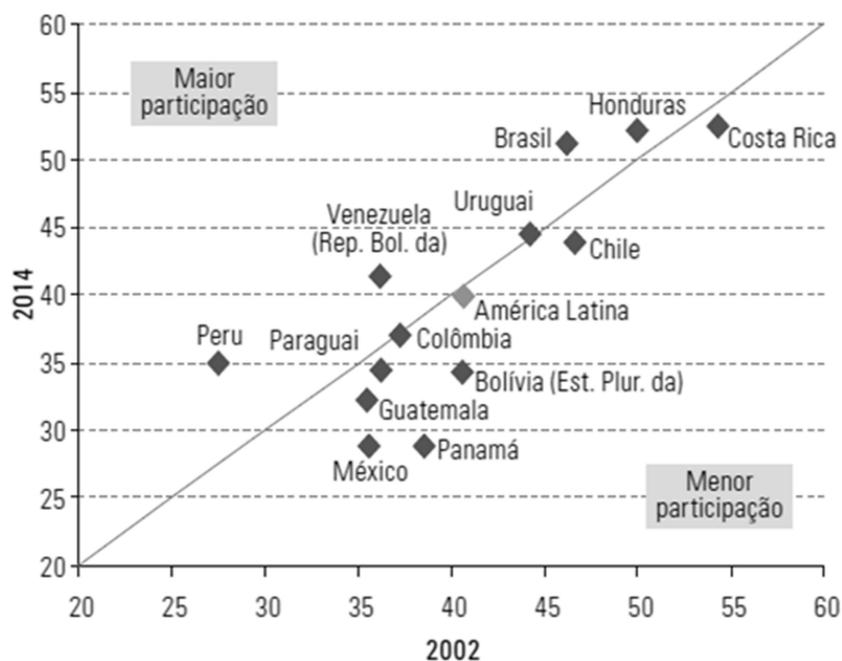
**Fonte:** Elaboração própria a partir de Abeles, Amarante e Vega (2014, p. 40).

**Notas:** (1) O asterisco (\*) indica que são anos aproximados, dadas às quebras de séries, mudanças metodológicas e outras questões que variam de acordo com as contas nacionais de cada país. (2) Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

Os países que mostram um declínio na participação dos salários entre 1990 e final dos anos 2000 têm uma trajetória mais heterogênea. Na Argentina e no Brasil se observa um declínio na década de 1990 e uma recuperação parcial na década de 2000 (o contrário é verificado para a Bolívia); Colômbia, Honduras, Panamá e Peru registraram piora nesse período (nos três primeiros casos houve reduções bastante pronunciadas nos anos noventa). O México mostra um aumento e declínio subsequente substancialmente simétrico nas décadas de 1990 e 2000, respectivamente.

Já o gráfico 4, resultante dos dados das contas nacionais de países latino-americanos específicos, também propicia a análise da evolução da participação dos salários na renda nacional dos países da região, desta vez no período compreendido entre 2002 e 2014. De um total de treze países para os quais existem informações disponíveis, apenas cinco – Brasil, Honduras, Peru, Uruguai e Venezuela – mostraram aumento da participação dos salários no PIB. Isso denota que as melhorias distributivas obtidas no período não estiveram essencialmente associadas a uma divisão mais equitativa das remunerações entre o capital e o trabalho.

**Gráfico 4 – Participação dos salários no PIB (%)  
Países selecionados da América Latina (2002/2014)**



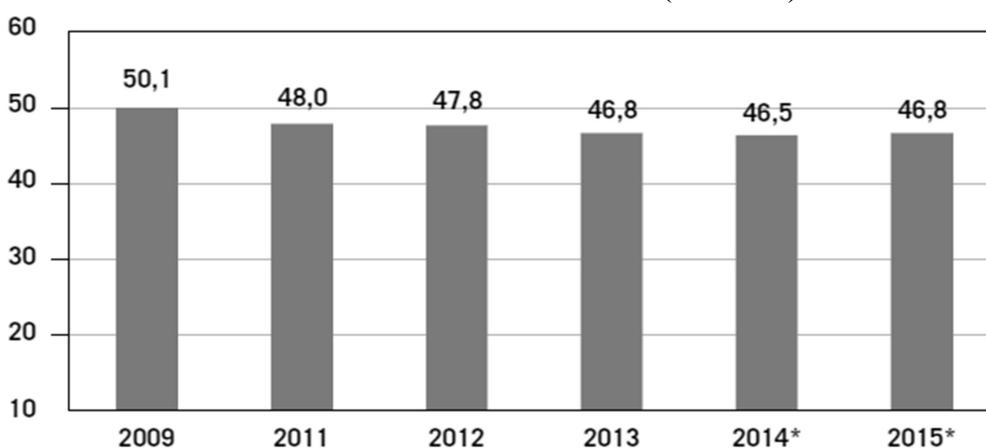
Fonte: CEPAL, 2016b, p. 11.

Para melhor entendimento da desigualdade funcional da renda, também é importante a análise dos setores econômicos. As diferenças na participação salarial no PIB em termos agregados entre países ou as variações dessa taxa através do tempo em um mesmo país podem obedecer tanto a mudanças na forma em que se distribui o valor adicionado entre o trabalho e o capital nos diferentes setores econômicos, como as variações na importância relativa do valor adicionado entre setores. A análise de oito países selecionados da América Latina para o mesmo período do gráfico 4 aponta que a participação do salário no valor adicionado aumentou em quatro países (Argentina, Brasil, Costa Rica e Honduras), diminuiu em três (Chile, Guatemala e México) e se manteve praticamente constante na Colômbia. Ademais, se constata a preponderância das variações na remuneração do trabalho e do capital dentro dos setores sobre as variações no peso dos setores na economia: nos casos da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Guatemala, mais de 70% da variação total da participação dos salários na renda é explicada pelas primeiras (variações na remuneração do trabalho e do capital), enquanto as últimas (variações no peso dos setores econômicos) foram mais importantes no Chile, Costa Rica e Honduras (CEPAL, 2016c). A tendência, dadas às incertezas econômicas e políticas, é de piora de ambas as variáveis nos próximos anos, tal qual observado de 2014 em diante, ainda que de maneira mais gradual.

Já o gráfico 5 mostra a evolução do emprego informal não agrícola – cujas taxas de informalidade são superiores aos de outros setores econômicos – para um conjunto de quatorze

países selecionados da América Latina, entre os anos 2009 e 2015. O último informe da série intitulada *Panorama Laboral 2016 de América Latina y el Caribe* (OIT, 2016a) informou que 2009 registrou um grau de informalidade de 50,1%, reduzido para 46,5% em 2014. Mas em 2015 houve um aumento para 46,8%. Estima-se que em 2015 pelo menos 133 milhões de trabalhadores estavam no setor informal. Dadas essas tendências, projetou-se que em 2016 a informalidade vai aumentar novamente e em maior proporção, podendo chegar a 134 milhões de pessoas em atividades laborais informais, o que denota a deterioração da qualidade do emprego e mudanças importantes em sua composição.

**Gráfico 5 – Evolução do emprego informal não agrícola (%)**  
**Países selecionados da América Latina (2009-2015)**



**Fonte:** OIT, 2016a, p. 38.

**Nota:** (\*) Dados ainda sob análise para os anos de 2014 e 2015.

A OIT (2016a) assevera também que a menor atividade econômica se refletiu em tendências para além da queda da quantidade de trabalhadores assalariados, o aumento dos empregos por conta própria e a redução nos salários formais, dentre outros efeitos deletérios no mercado de trabalho, assinalando um forte aumento do grau de informalidade, implicando em recrudescimento da instabilidade trabalhista, diminuição da renda e cerceamento de direitos e de proteção. Ainda de acordo com o referido informe, *ceteris paribus*, ao menos entre 2017 e 2019 essa é uma das tendências previstas para o mercado de trabalho da ALC, contrária à da década anterior (tabela 2).

**Tabela 2 – Emprego registrado (2010 = 100)**  
**Países selecionados da América Latina (2000, 2005 e 2010-2015)**

País	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Primeiro semestre *
									2015
Brasil	68	79	100	105	109	111	112	110	111
Chile	63	75	100	106	112	116	118	120	121
Costa Rica	68	79	100	103	107	109	111	113	112
El Salvador	82	89	100	103	106	111	114	115	...
Guatemala	82	91	100	104	107	110	112	114	...
México	87	89	100	104	109	113	117	122	120
Nicarágua	58	71	100	108	117	126	133	145	139
Panamá	63	69	100	110	118	123	126	127	...
Peru	70	75	100	105	110	113	115	116	112
Uruguai	65	72	100	105	109	111	112	110	114

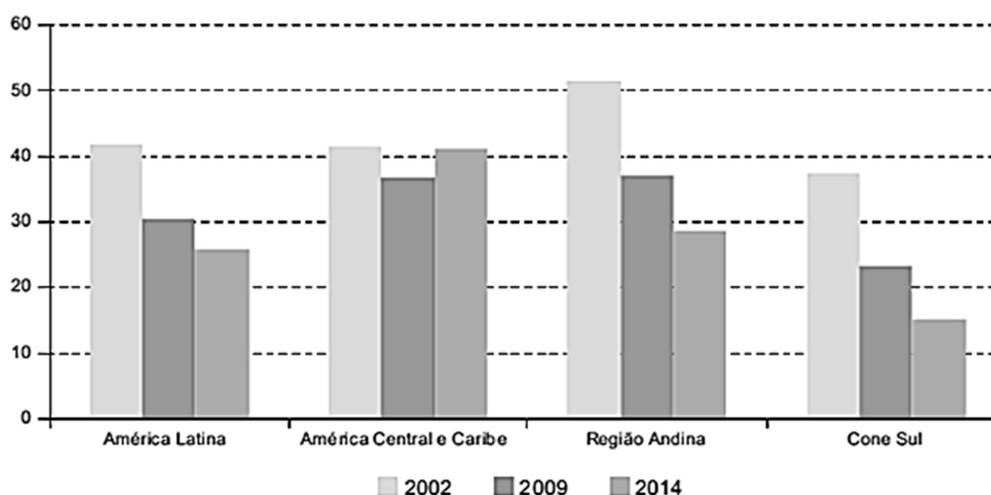
**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da *CEPAL* (2015).

**Notas:** (1) O asterisco (\*) indica que os dados se referem ao segundo trimestre do ano. (2) Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

Ademais, documento elaborado pela OCDE, em conjunto com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e a CEPAL (OCDE/CEPAL/CAF, 2016), ressalta que na América Latina aproximadamente 40% dos jovens não fazem parte da economia formal, chegando a até 60% no caso das mulheres jovens, situação decorrente especialmente pelo ingresso precoce em atividades informais que mais tarde tornam-se sérias dificuldades para se incorporarem às atividades formalizadas.

Quanto à questão da pobreza e da indigência, sabemos que é histórica e até o presente sem resolução efetiva e completa na região. A CEPAL analisou comparativamente a evolução da pobreza em termos regionais e para sub-regiões distintas da ALC, conforme mostrado no gráfico 6.

**Gráfico 6 – Evolução da pobreza, por regiões (%) - ALC (2002, 2009, 2014)**



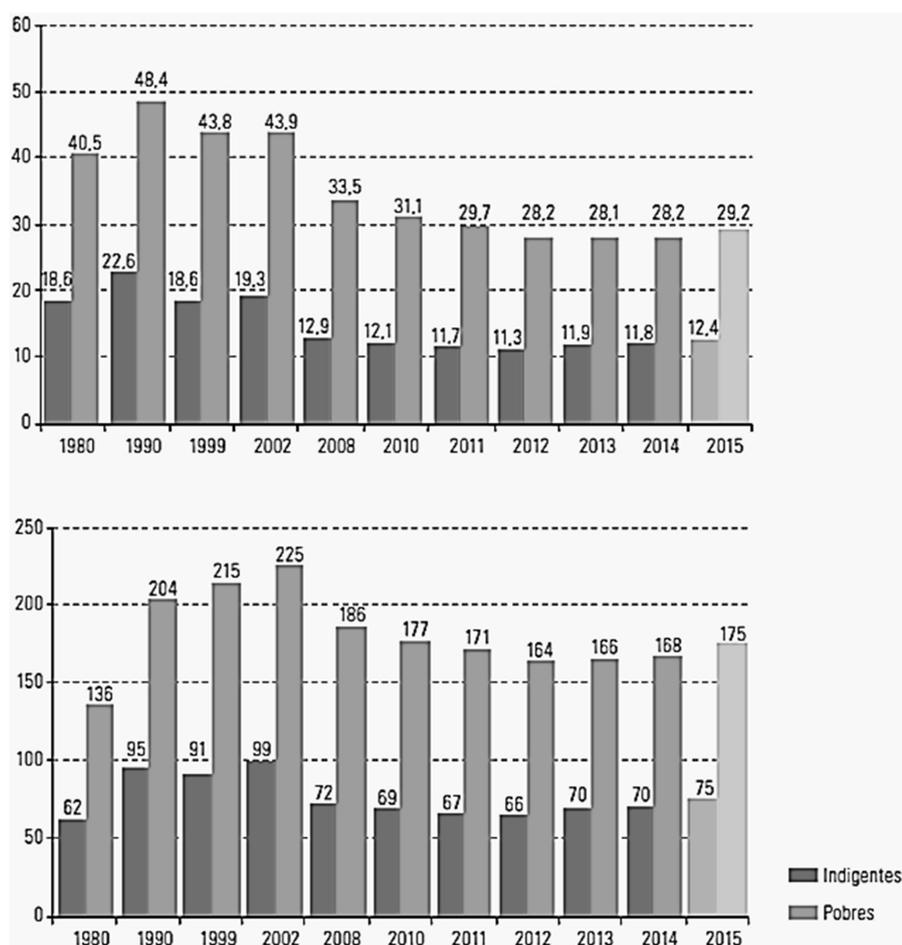
**Fonte:** CEPAL, 2016d, p. 119.

Nesse sentido, essa instituição registra que a

diminuição da pobreza não foi uniforme. As experiências mais bem-sucedidas ocorreram no Cone Sul e na Região Andina. No primeiro caso (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), no período 2002-2014 registrou-se uma variação de quase 60% (22 pontos percentuais) e os níveis de pobreza ficaram em 15% em 2014. Na segunda sub-região (Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e República Bolivariana da Venezuela) também se obteve uma importante diminuição em termos absolutos (23 pontos percentuais), mesmo partindo de valores significativamente maiores que o resto da América do Sul. A redução de 45% no indicador da região andina melhora sua posição relativa e faz com que deixe de ser a sub-região de maior pobreza, embora continue apresentando uma incidência de pobreza relativamente alta (29% em 2014). A América Central e o Caribe (Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Panamá e República Dominicana) começam o período com taxas inferiores às da região andina (42%), mas seus avanços foram menores. No final do período, alcançam uma taxa de 41%, a maior entre as sub-regiões consideradas (CEPAL, 2016d, p. 118).

Embora desde meados dos anos 2000 a ALC tenha mitigado tal problema, ainda há muito para avançar nessa seara, já que permanecem índices muito altos do ponto de vista das condições gerais de vida (e de trabalho), como denota o gráfico 7.

**Gráfico 7 – Evolução da pobreza e da indigência (% e em milhões de pessoas)  
América Latina e Caribe (1980-2015)**



**Fonte:** CEPAL, 2016c, p. 26.

**Notas:** (1) Não inclui Cuba. (2) Os dados de 2015 são projeções.

Observa-se que na década de 1980 quase 60% da população latino-americana e caribenha encontrava-se em situação de pobreza e indigência, situação agravada na década de 1990, quando atingiu um patamar acima de 70%. Desde 2002 os dados apontam melhoria significativa nesses quesitos, atingindo seu menor nível (40%) entre 2013 e 2014 – ainda bastante aquém do desejável, frise-se. Desde então houve uma inflexão que soa ser a tendência para os anos vindouros, o que compromete os avanços até então logrados, passando de 42% (cerca de 250 milhões de pessoas) na projeção para 2015 e com expectativa de subir nos anos seguintes, dados os desdobramentos políticos e econômicos instáveis – que tem, dentre outras coisas, levado à deterioração das condições materiais de vida na ALC, com o aumento do desemprego, redução do crescimento e pressões inflacionárias (aumento dos preços dos alimentos, por exemplo), como visto nos tópicos anteriores – de países populosos como o Brasil e a Venezuela.

#### **4. O caso Brasil**

Em análise das políticas públicas e da situação social na primeira década do século XXI no Brasil, Pochmann (2013, p. 16) sublinhava que os governos Lula-Dilma “indicam o quanto a superação do subdesenvolvimento brasileiro não ocorre de forma natural e espontânea pelas livres forças de mercado” e que a primeira década do século XXI entrará para a história brasileira como um ponto de inversão na trajetória socioeconômica, revertendo sinais de regressão e realizando inédita *performance* alcançada pelo país. No entanto, e infelizmente, esse início de século XXI poderá sim entrar para a história brasileira como um ponto de inversão em sua trajetória geopolítica e socioeconômica, mas aprofundando sinais de atraso, isso pelo desempenho econômico, político e social que vem apresentando nos últimos anos.

A economia brasileira estagnou em 2014 e entrou em recessão em 2015 e 2016 (quedas de 3,8% e 3,6% do PIB), e as previsões para o ano de 2017 e 2018 não são animadoras, de altas de 0,73% e 2,51%, segundo o Banco Central do Brasil (BRASIL/BCB, 2017). Isso porque tal aumento, se vier, parte de uma base precária. O país registrou em março de 2017 cerca de 14,2 milhões de desempregados, mais do que o dobro de dezembro de 2014 (então com aproximadamente 6,5 milhões), além dos mais de 20 milhões de subempregados (IBGE/PNAD, 2017). É certo que perdemos não só empregos que antes existiam, como também se abandonaram as perspectivas de criar novos postos. Em pouquíssimo tempo o desemprego aumentou muito, bem como reduziu drasticamente o poder de compra dos trabalhadores e a participação da massa salarial no conjunto da renda nacional.

Politicamente, a presidente Dilma Rousseff fora afastada em 17 de abril de 2016 por um golpe de Estado – com amplo apoio de partidos de oposição e da sua base “aliada”, poderes do legislativo e do judiciário, da grande mídia, de setores do empresariado nacional, movimentos sociais diversos (inclusive sofrendo pressões de movimentos sociais que faziam parte da base de sustentação de governo, diga-se), amplos setores da classe média, dentre outros (SOUZA, 2016). Já o mandatário atual – Michel Temer – e sua equipe vêm promovendo desde então um governo que contradiz as premissas da Constituição “cidadã” de 1988, com que tem se precarizado as condições de trabalho e de vida no país, aprofundando o ajuste fiscal e impondo um conjunto de contrarreformas, sendo as mais expressivas a trabalhista e a previdenciária, bem como praticando uma política externa e interna que submete o país a uma condição passiva na geopolítica e geoeconomia mundial (COSTA, 2017).

A perda de soberania do Brasil passa atualmente pelas ações de privatizações e desnacionalizações. A redução das exigências para a venda e a concessão de ativos do Estado é indicativa de que o governo atual, se bem sucedido nesse intento, tornará o país ainda mais frágil para seguir rumo autônomo na economia e mais vulnerável em um mundo que se fecha. Suas medidas nem mesmo caminham na direção da ordem internacional emergente, que implode com as propostas liberalizantes do Consenso de Washington. A prática é a mesma da seguida por governos neoliberais entre os anos 1980 e 1990 em diversos países na ALC – ainda que com novas especificidades – e mais além, nos resultados negativos no balanço de pagamentos (transferência de lucros e dividendos para o exterior, pressão nas reservas cambiais, *etc.*), no “custo país”, no equilíbrio fiscal e na capacidade de planejamento e encadeamento produtivo e tecnológico também já são conhecidos.

No caso de nossa maior riqueza pública, o objetivo deliberado das licitações, já aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (BRASIL/CNPE, 2017), é vender áreas do pré-sal em alto-mar e as reservas em campos maduros. A Petrobras deixa de estar na condição de operadora única e não será obrigada a assumir nem ao menos 30% dos consórcios vencedores. A redução do conteúdo local mínimo exigido no setor de petróleo e gás vem a beneficiar as companhias estrangeiras de petróleo, que participarão dos próximos leilões de blocos exploratórios de óleo e gás no Brasil e poderão trazer de qualquer país equipamentos isentos de tributação, ao contrário dos fabricantes nacionais, que são tributados. Outro precioso ativo em pauta é a atual proposta (a ser implementada via medida provisória) de venda de terras brasileiras, atualmente bloqueada pelas forças armadas, por entenderem que esse passo coloca em risco a soberania nacional.

Os prejuízos ao Brasil da ofensiva privatizante-desnacionalizante serão certamente profundos, a exemplo do preocupante aprofundamento do processo de desindustrialização já em curso no país, marcado pela destruição da fraca política industrial praticada nos governos anteriores, pela continuidade da política de austeridade, combinada à política monetária restritiva, juros elevados e sobrevalorização cambial, além da destruição das poucas indústrias ainda fortes no país, como a cadeia de petróleo e gás e a construção civil. A ampliação das importações de insumos industriais (aqueles utilizados na fabricação de produtos finais) esvaziou a cadeia produtiva da manufatura e reduziu os seus efeitos multiplicadores. De modo que, apesar de ainda manter tamanho e complexidade importantes no contexto global, a manufatura local está sendo corroída por dentro, e caminha no rumo das *maquilas* mexicanas, limitadas praticamente a montagem final e sem nenhuma produção doméstica. O Brasil enfrenta a concorrência das fábricas asiáticas, com destaque para a rápida industrialização da China, com escalas elevadas, custos reduzidos e penetração crescente nos mercados externos, o que amplia as dificuldades para países defasados tecnologicamente. As empresas nacionais estão trocando investimento por importação, precisamente porque não querem imobilizar recursos aqui em uma estrutura pouco competitiva. O país permanece em muitos aspectos ainda na segunda revolução industrial, de base metalmeccânica e química, tendo internalizado apenas parcialmente a terceira revolução, de base eletrônica e das tecnologias da informação (SARTI; HIRATUKA, 2017).

Ademais, o aprofundamento do ajuste fiscal na atualidade, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL/EC, 2016), inibe o Estado investidor, promotor de política social e provedor de serviços públicos. Um retrocesso que não só afronta os capítulos sociais da Constituição de 1988, notadamente os relacionados à saúde e à educação, como bloqueia todo o conjunto de gastos primários da Federação. Sob o diagnóstico falacioso de que as despesas primárias têm crescido de forma desproporcional há muito tempo e são responsáveis pelo acelerado crescimento da dívida pública bruta interna (propositalmente não trata da dívida líquida interna), impôs o congelamento por vinte anos dos gastos primários do país.

É inegável que o crescimento do endividamento público interno coube e cabe em maior medida à conta capital e financeira (pagamentos de amortizações e juros – a participação dos juros nominais no PIB cresceu 236,9% entre os anos de 1997 e 2015) e não à conta primária (uma vez que superávits primários foram gerados entre todos os anos de 1998 e 2013. O país só não apresentou nesse período superávits primários nos anos de 1997, 2014 e 2015, e fechou o período de 1997 a 2015 com uma média positiva de 1,5% ao ano). Ainda, as despesas primárias vinham crescendo menos do que proporcionalmente à receita líquida até 2013, de forma que a dívida líquida federal vinha se reduzindo. O atual governo situa equivocadamente o Brasil como um país de

elevado endividamento público, sendo que o mesmo possui dívida pública líquida substancialmente menor e está entre os países de baixo endividamento comparativamente a maioria dos países membros do G20 e a quase totalidade dos países ditos avançados. Com a promulgação dessa EC as nossas despesas primárias passam a ser reajustadas apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sem ser acompanhadas pelo crescimento da população, e tampouco pelo comportamento do PIB e da receita, uma proposta inédita a nível histórico e internacional, uma vez que nenhum governo do mundo equilibra as suas contas públicas atrelando o comportamento de suas despesas a um determinado índice de preços.

O que o novo “regime fiscal” aprovado (não submetido ao pleito eleitoral) irá fazer daqui pra frente é retirar da sociedade e do parlamento a prerrogativa de moldar o tamanho do orçamento público, que passa a ser definido por uma variável econômica (a taxa de inflação), e assim impor uma política permanente de redução relativa do gasto público. É certo que esse ajuste fiscal recairá com ainda mais vigor sobre os as populações mais carentes e dependentes dos serviços públicos, e que por aí o país se distancia de erigir qualquer padrão de inclusão social. O objetivo desta EC é, essencialmente, reduzir a participação do Estado na economia. Pretende-se economizar recursos das áreas sociais e demais despesas primárias para garantir a responsabilidade fiscal, isto é, para manter o pagamento de juros e amortizações da dívida pública<sup>3</sup>. Verifica-se, assim, que uma vez mais o Estado brasileiro está aí para salvar a desigualdade em um dos países mais desiguais do mundo! O desafio sobre o que fazer complicou para “os de baixo” e não só para os daqui, mas também para toda a ALC.

## 5. Considerações finais

É certo que a análise mais detalhada dos rumos tomados pela diversidade dos mais de trinta países da ALC melhor esclareceria os modelos de governança nacionais e seus resultados, suas proximidades e distanciamentos para com o projeto neoliberal. É também certo que se faz necessário um maior esforço para o entendimento das forças e fluxos que atuaram e que atuam para o “desenvolvimento geográfico desigual” do movimento da neoliberalização em *nuestra América*. No entanto, os dados oficiais aqui apresentados mais corroboram do que negam de maneira geral a nossa percepção inicial dos efeitos deletérios da neoliberalização na região, tal como apresentados em nossas primeiras notas.

Em síntese, quanto mais profundo foi e é a adoção do receituário neoliberal tanto mais nefasto foram e são os seus resultados, tanto no econômico quanto no político e no social. Os dados sobre o comportamento do PIB durante os anos 1990 (momento de maior generalização da

neoliberalização), em contraposição com momentos posteriores, bem o demonstram. Uma das promessas mais caras dos frutos da adoção do projeto neoliberal, a retomada do crescimento econômico de forma mais robusta, não fora cumprida. Dados sobre as condições de trabalho e de vida – a exemplo da taxa de desemprego, do comportamento do salário real, da participação da massa salarial na renda nacional, da formalização/informalização do mercado de trabalho, bem como da evolução da pobreza e da indigência – durante o auge da neoliberalização e de sua retomada, em contraposição aos momentos de um ciclo de cunho mais progressista, também corroboram em geral os múltiplos efeitos negativos da adoção da proposta neoliberal.

Com essa nova “guinada”, a região dá sinais de estar em meio a uma “corrida para o fundo do poço” nas condições de trabalho e de vida, a exemplo do que vem demonstrando o Brasil. Os últimos dados apontam em geral nessa direção. Ainda é inserta a capacidade de resistência e de retomada de um novo ciclo de cunho mais progressista, capaz de reverter tendências negativas nos planos econômico, político e social, que hoje despontam em diversos países da região.

Há pouco mais de vinte anos, Florestan Fernandes (1995) dizia que o neoliberalismo não era mais do que uma representação rudimentar do modo de produção capitalista, e que os seus crescentes abusos internos e externos não alimentam qualquer utopia “liberal e libertária”. Afinal, o que restava ao pragmatismo e ao neoliberalismo como ideologia diante do esgotar, do renascer e do recompor de uma civilização, diante da exuberante criatividade do espírito humano? Como utopia, nada significavam, como nada significa hoje.

Também argumentava que uma civilização que repousa na riqueza, na grandeza e no poder por quaisquer meios tende a exigir um sistema social de exclusão, opressão e repressão. Pode até manter-se e reproduzir-se, devastando a natureza, a humanidade e a cultura. Mas sua estrutura, funcionamento e ritmos históricos arruinam seus alicerces e sua perenidade. Pouco importa que seus agentes históricos não sejam exclusivamente trabalhadores ou todos aqueles que repudiam a iniquidade como estilo de vida. É certo que os que têm interesse pelo futuro não podem ignorar os movimentos e contramovimentos históricos, numa dinâmica em que os próprios cidadãos demandam a proteção do tecido social e tudo o que dele emerge.

Afinal, quais as oportunidades que se nos apresentam? Ou nem “tudo que é sólido se desmancha no ar”? Estará a história anunciando uma nova etapa de convergência entre aspirações nacionais e sociais dos povos menos favorecidos? Há possibilidade do fortalecimento de um novo momento de convergência entre movimentos de autoproteção nacional que questionem o *status quo* internacional e movimentos sociais que pressionem contra a excessiva polarização da riqueza entre as classes sociais? É certo que as forças reformistas latino-americana e caribenha podem dar aí a sua cota efetiva de participação. A classe trabalhadora e os sem trabalho precisam estabelecer estreitos

laços com o setor agrário, com a pequena burguesia, os intelectuais, os artistas e demais estratos que se situam na “classe média”. Os descontentes com a situação atual da ALC precisam (re)unir as massas populares excluídas, as classes trabalhadoras e os setores progressistas para avançar no processo de liberação nacional e liberação dos oprimidos e dos “menos iguais”!

## Referências

ABELES, M.; AMARANTE, V.; VEGA, D. “Participación del ingreso laboral en el ingreso total en América Latina, 1990-2010”, *Revista CEPAL, Santiago: CEPAL, v. 114, p. 31-52, Diciembre 2014.*

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo.” *In: BORÓN, Atílio; SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-23.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (ACD). Brasília: ACD, 2017. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Focus – Relatório de Mercado.* 17 de novembro de 2017. Brasília: BRASIL/BCB, 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20171117.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE). *Resolução nº 16, de 8 de junho de 2017.* Brasília: BRASIL/CNPE, 2017. Disponível: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/4489543/Resolu%C3%A7%C3%A3o+CNPE+N%C2%BA16/28a9ad3f-54c7-4954-8f17-66bd4d649a1b>>. Acesso em: 8 de novembro de 2017.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL (EC). *Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016.* Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Brasília: BRASIL/EC, 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=540698>>. Acesso em: 9 de novembro de 2017.

BORON, A. A. “Estado”. *In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coord.). Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.* São Paulo: Boitempo, 2006, p. 57-83.

CHAHAD, J. P. Z.; POZZO, R. G. Mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI: evolução, mudanças e perspectivas: demografia, força de trabalho e ocupação. *Informações FIFE*, p. 13-32, maio 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Estudio económico de América Latina y el Caribe. “Desafíos para impulsar el ciclo de inversión con miras a reactivar el crecimiento”.* Santiago de Chile: CEPAL, 2015.

\_\_\_\_\_. *Estudio económico de América Latina y el Caribe. “La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y los desafíos del financiamiento para el desarrollo.”* Santiago de Chile: CEPAL, 2016a.

\_\_\_\_\_. *“Informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe.”* Santiago de Chile: CEPAL, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Estudio económico de América Latina y el Caribe. “La dinámica del ciclo económico actual y los desafíos de política para dinamizar la inversión y el crecimiento.”* Santiago de Chile: CEPAL, 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). “Panorama Social da América Latina.” Brasília: CEPAL, 2016c.

\_\_\_\_\_. *“Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável.”* CEPAL, 2016d.

COSTA, J. D. *O Brasil na conjuntura atual: desafios e oportunidades.* Campinas, IE/UNICAMP: Mimeo, 2017.

FERNANDES, F. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários.* São Paulo: Ática, 1995.

FREIXO, A.; RODRIGUES, T. (Orgs.). *2016, o ano do golpe.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

HARVEY, D. “Do Fordismo à Acumulação Flexível.” In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* 14º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBBSAWM, E. “As décadas de crise.” In: HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX 1914-1991.* 2º ed. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (IBGE/PNAD Contínua). *Taxa de Desemprego (TD).* Brasília: IBGE/PNAD, 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Global Wage Report 2016/17: Wage inequality in the workplace.* Geneva: ILO, 2016.

COSTA, J. D. *O Brasil na conjuntura atual: desafios e oportunidades.* In: II ENCONTRO DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL, 2017, Rio de Janeiro. Anais do II Encontro de Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 875-897. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6oiB5KZI0i5WGVnUjVZalZGNnc/view>>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

OCDE/CEPAL/CAF. *“Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventud, competencias y emprendimiento.”* OECD Publishing, Paris 2016.

OLIVEIRA, F. “Balanço do neoliberalismo.” In: GENTILI, P.; SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). “Panorama Laboral 2016 de América Latina y el Caribe.” Lima: OIT, 2016a.

\_\_\_\_\_. “Perspectivas sociales y del empleo en el mundo. Tendencias 2017.” Ginebra: OIT, 2016c.

POCHMANN, M. “Reconfiguração do sistema mundo e o espaço do Brasil.” *Nueva Sociedad (português), Ocidente na Mira*, p. 4-20, setembro 2013.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe – “Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso.”* 1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA, 2016.

ROSENMAN, M. R. “Neoliberalismo.” In: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. (Coords.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas; Boitempo Editorial, 2006, p. 112-137.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. “Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais.” *Texto para discussão n° 290, IE/UNICAMP*, Campinas, p. 1-38, abril de 2017.

SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TOSONI, G. A. “Participación salarial y crecimiento económico en América Latina, 1950-2011.” *Revista CEPAL*, v. 113, p. 42-60, agosto 2014.

UNITED NATIONS. “*World Population Ageing Report 2015*”. New York: 2015.

## Notas

<sup>1</sup> A *Société du Mont Pèlerin* é uma organização internacional fundada em 1947, norteada pelos princípios do neoliberalismo. Além de Friedrich Hayek, entre seus fundadores se destacam Frank Knight, Bertrand de Jouvenel, Ludwig von Mises, George Stigler e Milton Friedman.

<sup>2</sup> As condições econômicas e de trabalho e de vida na região serão tomadas por indicadores tais como o crescimento do produto interno bruto (PIB), a taxa de desemprego, o comportamento do salário real, a participação da massa salarial na renda nacional, a formalização/informalização do mercado de trabalho e o comportamento da pobreza e da indigência.

<sup>3</sup> A esse respeito ver, por exemplo, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD, 2017). E também os seguintes estudos e grupos de pesquisa: i) Austeridade e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: Fórum, 21; ii) Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2016; iii) GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); iv) Plataforma Política Social, setembro de 2016; v) SALVADOR, E. PEC 241 ataca direitos do povo e preserva privilégios dos ricos. Fundação Perseu Abramo: outubro de 2016; vi) NUNES FILHO, P. P. A PEC do teto dos gastos públicos é necessária?: Estudo do Endividamento Federal após o Plano Real. Brasília: Senado Federal, novembro de 2016; vii) SICSÚ, J. Quatro mentiras da PEC 241. Portal Vermelho, 23/10/2016; viii) INSTITUTO JUSTIÇA FISCAL. PEC 241: uma ruptura no Estado Social. Porto Alegre, out/2016.